

ESCRAVIDÃO E REPRODUÇÃO NO PIAUÍ: TERESINA (1875)

Renato Leite Marcondes ¹

Miridan Britto Knox Falci ²

RESUMO: Mostramos as características econômicas e demográficas da escravidão numa região pouco votada à exportação: o Piauí na segunda metade do século XIX. Esta economia revelou-se mais direcionada para o mercado interno, mas também participou do *rush* algodoeiro decorrente da guerra civil norte-americana. Como fonte primária principal para o estudo demográfico, utilizamos a *Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação* de Teresina (1875). O final do tráfico africano em 1850 impulsionou processos que já ocorriam em momento anterior, como, por exemplo, a existência de um certo equilíbrio numérico entre os sexos e a presença de um expressivo número de crianças. A propriedade escrava revelou um número médio de cativos e uma concentração menores do que as existentes nas regiões cafeeicultoras do Sudeste brasileiro. Esses condicionantes aliados aos movimentos migratórios para fora da província geraram um sistema econômico e demográfico próprio, distinto do existente em áreas exportadoras. Neste contexto, observamos um perfil populacional do contingente escravo que aponta para a possibilidade de sua reprodução natural.

A manutenção da escravidão no Brasil durante quase quatro séculos provocou a necessidade de garantir as condições de reprodução deste sistema. O tráfico africano foi vital para a sua preservação. Entretanto, o grau elevado de complexidade e heterogeneidade do escravismo brasileiro possibilitava a existência de outras condições. Desta forma, em determinadas situações específicas — no tempo e no espaço —, seria possível verificar o crescimento vegetativo do contingente cativo.

Nesse artigo, procuramos demonstrar a potencialidade da reprodução natural dos cativos num contexto singular. ³ O final do tráfico africano aliado a uma economia votada para o mercado interno geraram as condições para a ocorrência deste fenômeno no Piauí na década de 1870. Assim, tentamos verificar a existência de indicadores bastante expressivos nesse sentido ao analisar a massa escrava da cidade de Teresina em 1875.

¹ Professor da FEA/USP, *campus* Ribeirão Preto.

² Professora da UFRJ e do IHGB.

³ Alguns trabalhos recentes já apontaram esta possibilidade para outras regiões. Entre eles destacam-se os de Horacio Gutiérrez (1987) para o Paraná e de Clotilde Paiva e Douglas Libby (1995) e de Tarcísio Botelho (1998) para Minas Gerais.

A documentação central do nosso trabalho consiste da lista de *Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação*. Esta fonte decorreu da lei do ventre livre de 1871 e do regulamento desta do ano seguinte, que deliberou a feitura da matrícula dos escravos. A partir deste último documento efetuou-se uma ordenação dos escravos para a libertação com base nos recursos do Fundo de Emancipação. As informações disponíveis nesta última lista eram as seguintes: número de matrícula, nome, cor, estado conjugal, idade, profissão, aptidão, situação dentro da família e nome do proprietário do escravo. Apesar da dificuldade de localização destas fontes para o Nordeste (ver PASSOS SUBRINHO (1997) e GALLIZA (1979)), devemos atentar com cuidado para estes dados, pois tais documentos não compreendem, em geral, a totalidade da população matriculada e, por outro lado, consiste de uma amostra enviesada deste contingente, pois freqüentemente concentra mais pessoas do sexo feminino e em idade ativa (de 12 a 50 anos, cf. MOTTA & MARCONDES, 2000).

Dividimos o presente texto em três partes. Nas duas primeiras seções apresentamos, respectivamente, o processo de povoamento — o crescimento populacional e algumas características demográficas dos segmentos livres e escravos — e o desenvolvimento econômico do Piauí. Para entendermos a presença do elemento escravo na Província do Piauí é muito importante traçarmos algumas características específicas daquela região, em especial, do seu povoamento e da sua economia. Na última seção, analisamos o contingente cativo de Teresina, tentando demonstrar um perfil demográfico mais próprio de uma população com crescimento vegetativo positivo.

I - POVOAMENTO

A marca principal do Piauí consiste na sua posição de região interiorizada, longe da costa, espremida entre dois pólos de desenvolvimento econômico (Maranhão e Pernambuco) e, assim, a ocupação do seu território tem sido influenciada por frentes migratórias vindas ora de Pernambuco, ora da Bahia, ora do Ceará, ora do Maranhão e, até em certo momento, vindas do sul, da região de Goiás ou mesmo da região de São Paulo,

Santana do Parnaíba. E essas frentes foram sempre ligadas aos ciclos econômicos dominantes.

O devassamento foi feito por dois tipos de conquistadores: o sertanista de contrato, incumbido de dominar e prear os indígenas para vender e os sesmeiros da poderosa Casa da Torre, criadores de gado (cf. CALMON, 1939, e LIMA SOBRINHO, 1946). Já nos finais do século XVII estão ali assentados muitos povoadores que formaram os primeiros núcleos de povoamento.

Devemos a ocupação das terras do Piauí a entradistas. Eles estavam acompanhados de negros, mamelucos e índios catequizados. Nas pegadas dos precursores vinham, muitas vezes lhes antecedendo, os elementos religiosos. Uns passavam e descreviam a terra, outros ficaram com suas capelas e índios ao redor; e os jesuítas acrescentaram à missão sacerdotal a atividade de pastoreio, pois herdaram trinta fazendas de gado, por testamento, de Domingos Afonso Sertão e ali desenvolveram a criação de gado até serem expulsos por Pombal (cf. CARVALHO JÚNIOR, 1980). Foram também, os que “vieram e ficaram” para ocupar as margens do rio Canindé formando as suas fazendas com rústicas casas de taipa cobertas de palha e levantaram os primeiros currais de pedra.

O gado criado solto — de modo extensivo — encontrou nos vales dos rios perenes, o capim e a aguada necessários (cf. ABREU, 2000, p. 149-159). De outro lado, a economia açucareira atuou como fator dinâmico de expansão da pecuária. A demanda de carne como artigo de consumo, e do boi como animal de tiro, crescia. O gado continuava a se desenvolver, como afirmava Capistrano de Abreu:

“O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem a quais as fornalhas não podiam laborar (...)”(ABREU, 2000, p. 151).

Quando os currais atingiram o Piauí por volta de 1650, a pecuária tornou-se, pouco a pouco, a atividade preponderante. Em 1697, quando o padre Miguel de Carvalho faz a sua *Descrição do sertão do Piauí* já existia mais de uma centena de fazendas (cf. CARVALHO, 1957, p. 228). Pela *Descrição*, na região de Oeiras eram 68 as fazendas de criar onde moravam 84 brancos, 115 negros (escravos), 36 índios, 8 mestiços, num total de 243

habitantes. E era no arraial dos paulistas que se faziam colheitas de cereais (milho, feijão, mandioca) e frutas, em 36 fazendas, onde moravam 133 pessoas, sendo a maioria constituída de escravos negros (63).

Assim, no final do XVII, além de já estarem definidos os principais núcleos de ocupação territorial, o povoamento e a economia fundamentavam-se na criação de gado e no cultivo de produtos de subsistência. Como nos revelado por vários autores mais recentes, nesta atividade havia a exploração do trabalho escravo, principalmente negro, ao contrário do propalado pela historiografia tradicional (ver, por exemplo, MOTT, 1985, KNOX, 1973, e BRANDÃO, 1999). Em todo o Piauí, nas 129 fazendas, moravam 438 habitantes dos quais 48% era constituída de escravos negros e 35% era de brancos, cabendo aos índios e mestiços a cifra de 17% (cf. CARVALHO, 1957, e KNOX, 1986). Num contexto colonial, em comparação com outras regiões do Brasil, era uma ocupação significativa embora com características de grande espacialidade. No dizer de Luiz Mott, um povoamento rural centrífugo (cf. MOTT, 1985).

Cem anos mais tarde, em 1762, as fazendas atingiam o número de 536, voltadas especialmente para a criação de diversos gados (vacum, cavalari, muar). Por outro lado, a população total alcançara um número superior a dez mil habitantes (11.993), dos quais perto de 40% era constituída ainda de escravos negros (cf. KNOX, 1986, p. 111). A região mais fortemente ocupada consistia da de Oeiras, lugar da primeira freguesia, mas pouco a pouco adensava-se em direção ao Parnaíba, ocupando manchas desde a região de Valença até Campo Maior no norte da Capitania. Em 1798, estimava-se no Piauí 51.721 habitantes (cf. BRANDÃO, 1999). Após cerca de trinta anos, a população do Piauí atingia 84.273 habitantes em 1826.⁴ Deste último contingente, 25.012 pessoas encontravam-se escravizadas. A participação da massa escravo no conjunto dos habitantes chegava a 29,7% (cf. FALCI, 1995).

Ao analisarmos a distribuição do conjunto da população por faixas etárias em 1826, percebe-se ser uma população muito jovem, concentrada principalmente na faixa de 0 a 20 anos. Este segmento representava 37% do total da população. Observamos que, dos 25.012 escravos, 40% tinham idades de 0 a 20 anos enquanto para o conjunto da população livre a participação deste segmento alcançava 35%.

Esta constatação era contrária às afirmativas da historiografia que proclamava a não reprodução da população escrava em níveis similares ao da população livre e que, devido a este fato, o número de escravos só se manteve pelo constante tráfico externo. No Piauí não existia, significativamente, grande percentual de escravos africanos, na segunda década do século XIX. Apenas 16% dos escravos eram africanos e 4% tinham vindo das províncias vizinhas.

Havia, também uma significativa presença feminina escrava da ordem de 47%, ou seja, a razão entre os sexos era de 113. Ao compararmos a estrutura populacional escrava com a livre, verificamos que a participação feminina era, dentro do conjunto da população livre, bastante similar. Notamos tão-somente 1% a mais de mulheres entre a camada livre.

Miridan Knox Falci conseguiu estimar uma expressiva Taxa Bruta de Natalidade (TBN) escrava da ordem de 38,9 por mil para Jerumenha e de 36,7 por mil para Teresina em 1856 (cf. FALCI, 1995, p. 68-77). Estas taxas mostraram-se superiores às encontradas por Marcílio no Rio de Janeiro que atingira somente 27,5 por mil em 1849 (cf. MARCÍLIO, 1984, p. 204). A reprodução endógena da população escrava parece ter sido permanente até a década de 70, pois em Oeiras, em 1870, a TBN encontrada atingiu 36,9 por mil (cf. FALCI, 1995, p. 68-77). Embora tais evidências não devam ser generalizadas, elas já indicam que, ao menos topicamente, havia possibilidade de ocorrer crescimento vegetativo positivo da massa escrava. A partir destes resultados, apresentamos a parte da economia da região e, posteriormente, aprofundamos a análise da população cativa condicionada e condicionante do econômico.

II - ECONOMIA

Os fundamentos da sua economia estavam na pecuária. O gado do Piauí abastecia não só a região da Bahia, mas toda a região de Pernambuco e até mesmo das Minas Gerais emprestando, no século XVIII, um sentido econômico à criação do nordeste.

O gado sempre funcionou, economicamente, de forma integrada a economia do açúcar e do algodão. Além de animal de tiro, o couro servia para o transporte do açúcar (os

⁴ Nesta obra foram refeitas e corrigidas as tabelas da população de 1826 cuja soma era tida como de 94.000

pães de açúcar de couro) e os surrões para o transporte do algodão descendo o Parnaíba ou o Itapecuru. Todavia, durante todo o período colonial o setor pecuarista contribuíra pouco para o valor total das exportações. Nas épocas de crise do açúcar, ele poderia absorver recursos não ocupados no litoral e manter assim sua expansão. De outro lado, a pecuária do Piauí assumiu um importante papel no abastecimento dos centros de mineração. Não dispondo de uma economia voltada totalmente para a exportação, as atividades econômicas desenvolviam-se num ritmo definido pela demanda da população local ou das necessidades dos mercados da colônia e do império.

Governantes interessados no progresso da região, como Carlos César Burlamaqui (1809) ou o barão da Parnaíba (1836) referiam-se ao valor do gado nelas criado e instavam em seus relatórios quanto à necessidade de se promover o fomento da criação e estabelecer melhores normas administrativas. Como dizia Burlamaqui, em ofício de 30 de maio de 1809 a D. Rodrigo de Souza Coutinho:

“Os gêneros fortes da Capitania de S. José do Piauí são só dois, gados vacuns e cavalares..., e sendo tão úteis não só sustentam a terra onde nascem mas também a Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão.....; tem havido contudo tal relaxação em fomentar esses dois tão úteis e interessantes artigos que tem decaído muito do que antigamente eram”

Ainda que ocorresse a má administração os rendimentos da criação de gado deviam ser fabulosos, pois sobre os dízimos cobrados sobre o gado vacum, cavalos e miunças (gado pequeno como cabras, porcos etc.) as Capitâneas de Pernambuco, Ceará e Maranhão disputavam a sua arrematação e cobrança.

Como assinalamos em trabalho anterior, a pecuária no Piauí, sofreu devido a vários fatores. Em primeiro lugar a falta de crédito (concedido a Minas Gerais e ao Rio Grande do Sul pelo governo central) o que impossibilitou ao primeiro, o desenvolvimento de uma indústria de carne salgada, o charque, em quantidade significativa que viesse a suprimir a crise ocasionada pela falta ocasional de mercados de carne verde (cf. KNOX, 1986, p.26). Em segundo lugar, a incidência de secas na região, observadas nas Falas do presidente da província em 1838, 1840 e 1841, que majoravam os preços da comercialização dos produtos e prejudicavam o crescimento vegetativo do rebanho.

habitantes.

Para o economista Monteiro de Santana, as causas da decadência da pecuária estariam ligadas à estrutura de produção: técnica rudimentar, produção para determinados consumidores que, ao faltarem (caso das Minas), passaram a ser supridos por outros fornecedores, desarticulando a produção (cf. SANTANA, 1964, p. 25-38). Segundo o autor, na verdade a própria pecuária se expandiu sob a forma de economia de subsistência. Nas unidades produtivas – as fazendas – a técnica era rudimentar e nessas circunstâncias seria impossível continuar crescendo a economia.

Desde a sua criação, por Pombal, (1758) essa capitania tinha também outros objetivos o fomento do algodão, do fumo, a busca da madeira e de pedras preciosas, expressos em ordens régias e na criação de companhias de comércio (as do Grão-Pará e Maranhão e a da Paraíba e Pernambuco atingiam o Piauí) e importou-se escravos negros dos mercados da Bahia, São Luís e Recife. Mesmo a pequena cidade do litoral, Parnaíba, foi um importante entreposto de escravos no início do XIX.

Nesse momento é que se desenvolve a indústria do charque no litoral formando um grupo de fazendeiros ricos e poderosos que iriam se articular pela independência contra o comandante militar português João José da Cunha Fidié. A atividade industrial da confecção do charque, da sola, do tratamento do couro, do atanado, e do chifre, aliados à agricultura do algodão colocou nessa região os maiores plantéis de escravos da primeira metade do século XIX (cf. FALCI, 1995, p. 31-55).

O Piauí entra no mercado internacional no século XIX concorrendo com o algodão, o fumo, o arroz, o açúcar e a borracha da maniçoba. Durante todo esse século, com a estagnação da pecuária, a produção de algodão deu novo alento à economia da Província, exportando-se significativamente por ocasião da guerra de secessão nos Estados Unidos (1861-1865) e concorrendo para a melhoria das finanças públicas. Produzia-se tanto o algodão arbóreo como o herbáceo e exportava-se tanto o algodão em caroço quanto em pluma.

Foi esse alento na produção e o fato de necessitar de mão-de-obra escrava que justifica a manutenção de uma expressiva presença escrava na Província (entre 1850 e 1879) e principalmente nos principais municípios produtores: Teresina, União e Amarante. A produção de algodão em caroço da província foi de 10.475 arrobas em 1857. Ela cresceu para 22.000 arrobas em 1859 e chegou a 36.684 em 1864 (ver produção e exportação do

algodão em NUNES, 1959, p. 40). Houve também uma revalorização do fumo, no mercado internacional, e as antigas zonas de plantação do Nordeste foram reexploradas (cf. KNOX, 1986, p. 24-30). Neste contexto econômico que procuramos analisar a mão-de-obra escrava do principal município da província do Piauí.

III – ESCRAVIDÃO EM TERESINA

A cidade de Teresina apresentava um significativo contingente cativo no início da década de 1870. No recenseamento de 1872, verificamos a presença de 3.073 pessoas escravas. Em relação à população total do município, este conjunto representava 14,2%.⁵ Este valor não se revelou muito inferior ao verificado para uma localidade do vale do Paraíba paulista: 14,8% (Cf. MOTTA & MARCONDES, 2000). Três anos mais tarde, quando se encerrou a feitura da lista de classificação dos cativos para libertação — por sua vez efetuada a partir da matrícula instituída pela Lei do Ventre Livre — observamos um total de 2.770 habitantes.⁶ A diferença entre o número de indivíduos nos dois documentos não se deveu a uma retração da população cativa, mas em virtude da não obrigatoriedade de registrar todos os elementos escravos na segunda fonte.⁷ Corroboramos esta ausência

⁵ Embora a província de Pernambuco apresentasse, no recenseamento de 1872, um contingente cativo superior ao do Piauí (89.028 e 23.795 habitantes, respectivamente), a participação dos escravos no total da população mostrava-se ligeiramente maior na segunda província do que na primeira (10,6% e 11,8%, respectivamente). Uma província com uma população cativa semelhante à do Piauí era Sergipe, a qual detinha 22.582 pessoas que representava 12,8% do total de habitantes. Todavia, estas participações revelavam-se menores do que a brasileira, na qual 15,2% da população eram de escravos. Na matrícula de 1873, registrou-se a presença de 25.533 escravos no Piauí (cf. SLENES, 1975, p. 691). Deste total, pouco mais da metade era do sexo feminino (50,7%). Tais informações reforçam a importância da mão-de-obra cativa na província do Piauí no quadro nordestino da época.

⁶ Ao longo do texto utilizaremos a designação censo para o recenseamento de 1872 e lista para a classificação dos escravos de 1875.

⁷ Segundo a legislação necessariamente haveria o registro dos cativos de ambos os sexos de 12 a 50 anos. Os demais escravos encontravam-se, em geral, presentes neste documento em razão de laços familiares com os que deveriam ser classificados. Isto ocorria principalmente para as crianças. A alocação dos recursos para emancipação deveria obedecer a seguinte ordem: em primeiro lugar, libertar-se-iam as famílias escravas; em seqüência, os indivíduos. Na libertação por famílias, a classificação prevista era: 1º) os cônjuges que fossem escravos de diferentes senhores; 2º) os cônjuges que tivessem filhos nascidos livres em virtude da lei nº 2.040 e menores de oito anos; 3º) os cônjuges que tivessem filhos livres menores de vinte e um anos; 4º) os cônjuges com filhos menores escravos; 5º) as mães com filhos menores escravos; 6º) os cônjuges sem filhos menores. Os demais cativos eram também ordenados: 1º) mãe ou pai com filhos livres; 2º) os de doze a cinquenta anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino (Cf. decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872). A existência de várias ordens facilitava a

mediante o informe neste próprio documento de que o maior número de matrícula seria 3.224. Destarte, podemos estimar entre 3.200 e 3.300 pessoas o total da população cativa para 1875 a partir da lista de classificação. A diferença entre a população total estimada e a presente na lista deve-se a ocorrência de mortes, migração e alforria entre o momento da matrícula 1873 e a classificação 1875.⁸

A proporção entre os sexos revelou-se bastante equilibrada nas duas fontes (cf. Tabela 1). No censo, notamos uma superioridade numérica pequena do sexo masculino (razão de sexo de 103), enquanto na lista percebemos um contingente ligeiramente maior de indivíduos do feminino (razão de sexo de 99).⁹ Para Oeiras (PI), Miridan Knox observou, utilizando a lista de classificação deste município de 1875, uma razão de sexo um pouco mais elevada: 110 (cf. KNOX, 1990, p. 246). Como as listas abarcam especialmente os indivíduos envolvidos em relações de parentesco, este documento revela uma população maior de pessoas do sexo feminino.

ocorrência de duplicidade de registro, como, por exemplo, um mesmo escravo foi anotado em duas classificações distintas, pois ele era casado com cativo de outro senhor (1º) e tem filho livre menor de vinte e um anos (3º). Em Teresina, verificamos 19 casos de duplicidade, que eliminamos da nossa amostra. Por outro lado, o próprio censo pode não ter expresso a realidade populacional na faixa de 0 a 10 anos, pois o recenseamento foi feito a partir dos mapas da secretaria de polícia, que por sua vez estavam em contradição com os dos párocos. Estes freqüentemente os dados quanto aos escravos devem ser maiores mais as anotações incompletas.

⁸ No próprio documento, os membros da Junta de Classificação afirmaram: “*Deixaram de matricular-se [na classificação / RLM] os escravos maiores de 50 anos, os mortos, os alforriados e os exportados para fora da província.*”

⁹ Ao analisar uma lista de 1876 para o sertão da Paraíba (Piancó), Diana Galliza notou uma preponderância numérica ainda maior dos cativos do sexo feminino em relação aos do masculino, alcançando a razão de sexo o valor de 89 (cf. GALLIZA, 1979, p. 85). O resultado de Teresina aproximou-se do calculado para o Oeste mineiro e Paracatu (MG) por Clotilde Paiva e Douglas Libby, com base em idêntica fonte. A razão de sexo atingiu 100 no período 1873-75 (cf. PAIVA & LIBBY, 1995, p. 225). Para o vale do Paraíba paulista em 1875, José Flávio Motta e Renato Leite Marcondes revelaram uma razão muito superior de 126 (cf. MOTTA & MARCONDES, 2000, p. 6). Destarte, este indicador mostrou uma situação em Teresina mais próxima desta região de Minas Gerais, porém sua razão se revelou inferior à de São Paulo e de Oeiras e superior à de Piancó.

Tabela 1
População Escrava Segundo Sexo
(Teresina, 1872 e 1875)

Sexo	Censo de (1872)		Lista de Classificação (1875)	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Homens	1.559	50,7	1.380	49,8
Mulheres	1.514	49,3	1.390	50,2
TOTAL	3.073	100,0	2.770	100,0

Obs: No censo de 1872, computamos as freguesias de N. S. das Dores de Teresina e N. S. do Amparo de Teresina.

Na Tabela 2, notamos uma estrutura etária bastante divergente nas duas fontes. No censo observamos uma grande concentração nas faixas de 21 a 40 anos de idade. Em parte, tal distinção entre os documentos deveu-se, principalmente, ao subregistro na lista dos de 51 anos ou mais. Nesta última fonte, o número de pessoas com idades inferiores a 16 anos foi muito elevado.¹⁰ A parcela da população presente nas duas primeiras faixas etárias alcançou 29% do total. Este valor mostrou-se muito significativo em comparação com os obtidos em outros trabalhos.¹¹

¹⁰ A diferença entre as fontes também ocorria para a população cativa da província como um todo. O contingente com idades entre 0 e 21 anos representava 58% dos escravos matriculados, porém tão-somente 37% no censo. O Piauí e o Rio Grande do Sul eram as províncias que apresentavam as maiores diferenças (cf. SLENES, 1975, p. 60). Segundo este autor os escravistas tendiam a reduzir as idades dos seus escravos na matrícula e, por consequência, na lista.

¹¹ José Flávio Motta e Renato Marcondes verificaram para o vale do Paraíba paulista a participação desta faixa etária no conjunto da massa cativa inferior a um quinto do total (cf. MOTTA & MARCONDES, 2000, p. 7). Em Minas Gerais, Clotilde Paiva e Douglas Libby mostraram que 32,6% da população escrava tinha até 14 anos de idade (cf. PAIVA & LIBBY, 1995, p. 223). Para a cidade de Piencó, Diana Galliza observou uma parcela de 31,4% do contingente cativo nesse segmento etário (cf. GALLIZA, 1979, p. 86). O percentual equivalente a este último para Teresina seria de 38,4%. No caso de Oeiras, Miridan Knox notou um valor ainda maior (42,2%, cf. KNOX, 1990, p. 246). Na matrícula, as crianças com até 13 anos de idade representaram 42,1% do total dos escravos do Piauí, cuja parcela se revelou muito superior à brasileira (cf. SLENES, 1975, p. 693-694). Assim, verificamos, proporcionalmente, no Piauí o maior contingente de crianças em relação a trabalhos efetuados com fontes e em períodos semelhantes para as mais diversas regiões do país, inclusive o interior do Nordeste.

Tabela 2
Distribuição da População Escrava
Segundo Sexo e Faixas Etárias
(Teresina, 1872 e 1875)

Faixas Etárias	Censo de 1872				Lista de Classificação de 1875			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
0 - 5	84	5,4	122	8,1	196	14,2	158	11,4
6 - 10	140	9,0	61	4,0	198	14,3	198	14,2
11 - 15	155	10,0	63	4,2	201	14,6	191	13,7
16 - 20	159	10,2	71	4,7	162	11,7	181	13,0
21 - 25	161	10,4	310	20,6	152	11,0	164	11,8
26 - 30	346	22,3	390	25,9	122	8,8	137	9,9
31 - 40	259	16,7	361	24,0	230	16,7	248	17,8
41 - 50	169	10,9	58	3,8	107	7,8	103	7,4
51 - 60	38	2,4	28	1,9	8	0,6	5	0,4
61 - 70	19	1,2	22	1,5	2	0,1	5	0,4
71 ou mais	23	1,5	21	1,4	2	0,1	-	-
TOTAL	1.553	100,0	1.507	100,0	1.380	100,0	1.390	100,0

O equilíbrio entre os sexos e o grande número de crianças em Teresina apontam para um padrão de reprodução natural dos escravos bastante singular em relação ao ressaltado pela historiografia mais tradicional, em especial Gorender (1992). Uma nova historiografia ressalta a possibilidade de uma taxa positiva de crescimento natural da população cativa, em função basicamente do grande número de crianças e da importância da família escrava.¹² Para o Piauí, Miridan Knox já tinha salientado ao estudar o caso de Oeiras:

“Em primeiro lugar, o elevado percentual de população feminina em idade de procriar aliado ao elevado percentual de escravos nascidos no Piauí (no censo de 1872 só existiam 29 africanos) poderiam nos conduzir a pensar numa alta natalidade e explicar o alto percentual de população jovem. Por sua vez, essa alta natalidade poderia nos levar a pensar em crescimento relativo da população escravizada.

“Essa suposição transforma-se em veracidade quando, na análise da população escrava de Oeiras em 1854, 1866 e 1872 (...) se constata um aumento na população escrava, em números absolutos, e um aumento em termos percentuais em relação à população total.” (KNOX, 1990, p. 249).

Resultado similar foi verificado para o Paraná no início do século XIX, que era uma região não-exportadora. Horacio Guiérrez observou que os cativos com idades até 15 anos representavam cerca de quatro quintos do total e expressivas razões crianças-mulher. Nas palavras do autor:

“Em suma, as constatações anteriores levam a crer que o perfil jovem da população escrava no Paraná nas três primeiras décadas do século XIX deveu-se em boa medida à existência de uma natalidade elevada entre os cativos. À reprodução natural poder-se-iam atribuir, razoavelmente, o equilíbrio dos sexos encontrado entre os escravos, as baixas idades medianas e as altas razões crianças-mulher.”
(GUTIÉRREZ, 1987, p. 309).

Para o caso de Teresina, ao que tudo indica, a existência de uma economia mais direcionada para o mercado interno e o final do tráfico africano propiciaram este resultado. Desta forma, a proporção de mulheres em idade fecunda (15 a 49 anos) chegou a 62,5% e a razão crianças-mulher — que mostra o número crianças (0 a 9 anos) para cada mil pessoas do sexo feminino em idade reprodutiva — atingiu 762.¹³ Todavia, as relações familiares estabelecidas não se mostraram em sua maior parte legitimadas (cf. Tabela 3). Nesta Tabela, além de dividir a população pelos diversos estados conjugais, procuramos separar entre os solteiros quais eram pais e filhos de outros escravos presentes na lista. O número de pais casados ou viúvos correspondia a menos da metade dos solteiros. Tal desproporção aumentava entre os filhos, pois os nascidos de pais casados ou viúvos representavam pouco menos de um sexto dos de pais solteiros.

Tabela 3

¹² Uma resenha desta literatura pode ser encontrada em Paiva & Libby (1995).

¹³ Não incluímos neste cálculo os ingênuos. Se compararmos com os resultados para o Oeste mineiro e Paracatu verificamos valores próximos aos de Teresina: uma participação de mulheres em idade reprodutiva de 67,4% e uma razão crianças-mulher de 734 (cf. PAIVA & LIBBY, 1995, p. 226). Para o vale do Paraíba paulista, os valores equivalentes eram os seguintes: 65,8% e 586. Embora existissem nesta última região um contingente elevado de possíveis mães, ele não se traduzia em um número de crianças tão elevado quanto o observado na região mineira e em Teresina.

População Escrava Segundo Sexo e Estado Conjugal
(Teresina, 1875)

Estados	Homens	Mulheres	Total	%	% Acumulada
Casados	62	53	115	4,2	4,2
Viúvos	6	3	9	0,3	4,5
Pais solteiros	1	266	267	9,7	14,2
Filhos de:					
Pais casados ou viúvos	43	35	78	2,8	17,0
Pais solteiros	263	264	527	19,1	36,1
Solteiros	1.002	767	1.769	64,0	100,0
TOTAL	1.377	1.388	2.765	100,0	100,0

Obs: Havia ainda 188 filhos livres, provavelmente em sua grande maioria ingênuos, e 11 que mantinham cônjuges libertos em Teresina. Ademais, existiam cinco casos para os quais não conseguimos obter o informe de estado conjugal.

O padrão de propriedade escrava revelou um número médio de escravos de 5,2.¹⁴ Na Tabela 4, fornecemos os resultados da estrutura da posse de cativos. A grande maioria dos proprietários detinha até quatro elementos em seus plantéis. De outro lado, os maiores escravistas (com vinte ou mais cativos) possuíam mais de um quarto dos escravos, porém eles representavam tão-somente 4,2% dos proprietários. Assim, o índice de Gini (calculado para o grau de concentração da propriedade escrava) alcançou 0,561.¹⁵

Tabela 4
Estrutura da Posse de Cativos
(Teresina, 1875)

FTP	Proprietários	%	Escravos	%
-----	---------------	---	----------	---

¹⁴ Em cotejo com os dados das regiões mineiras e paulistas, notamos uma média de cativos de 3,6 para as primeiras e de 6,1 para as segundas (cf. PAIVA & LIBBY, 1995, p. 221 e MOTTA & MARCONDES, 2000, p. 11). Em Oeiras, a média de escravos revelou-se um pouco menor do que a de Teresina: 4,7 (cf. KNOX, 1990, p. 248).

1 cativo	175	32,5	175	6,3
2 a 4	201	37,4	575	20,8
5 a 9	86	16,0	572	20,6
10 a 19	53	9,9	721	26,0
20 a 39	19	3,5	536	19,4
40 ou mais	4	0,7	191	6,9
TOTAL	538	100,0	2.770	100,0

Obs: FTP = faixas de tamanho dos plantéis.

Quando analisamos, na Tabela 5, a distribuição por sexo e faixa etária dos cativos segundo as faixas de tamanho de plantéis, percebemos um certo crescimento da razão de sexo ao longo do aumento do número de escravos possuídos pelos escravistas, em especial das faixas com até quatro cativos em relação às demais. De outro lado, a participação dos mais jovens nos menores plantéis (até 4 escravos) mostrou-se inferior do que nos outros. Por fim, os escravos da faixa etária mais elevada cresceram sua participação ao longo do aumento do tamanho da escravaria.

Tabela 5
Razão de Sexo e Faixas Etárias Segundo Faixas de Tamanho de Plantéis
(Teresina, 1875)

FTP	Razão de Sexo	0 a 14 anos		15 a 49 anos		50 ou mais		TOTAL	%
		Cativos	%	Cativos	%	Cativos	%		
1 cativo	77	51	29,1	124	70,9	-	0,0	175	100,0
2 a 4	86	214	37,2	360	62,6	1	0,2	575	100,0
5 a 9	96	242	42,3	329	57,5	1	0,2	572	100,0
10 a 19	95	276	38,3	437	60,6	8	1,1	721	100,0
20 a 39	143	203	37,9	323	60,3	10	1,9	536	100,0
40 ou mais	91	78	40,8	102	53,4	11	5,8	191	100,0
TOTAL	99	1.064	38,4	1.675	60,5	31	1,1	2.770	100,0

Obs: FTP = faixas de tamanho dos plantéis.

As relações familiares também encontravam-se pautadas de acordo com o número de escravos possuídos pelos escravistas. A participação dos cativos que mantêm uniões de parentesco (legítimas ou não) no total de escravos por faixa de tamanho de plantéis aumentava a medida da elevação do porte da escravaria. Enquanto 28,9% dos cativos de

¹⁵ No vale do Paraíba paulista, o índice de Gini atingiu 0,612 (cf. MOTTA & MARCONDES, 2000, p. 11).

proprietários de 2 a 4 cativos apresentavam relações familiares, para os possuidores de 40 ou mais o percentual atingia 54,5%. No referente aos filhos de escravos livres, não observamos um resultado similar, pois o aumento das faixas de tamanho dos plantéis não implicava o crescimento da proporção de filhos livres no conjunto da população cativa do segmento.

Tabela 6
Distribuição dos Escravos com Relações Familiares
e Ingênuos Segundo Faixas de Tamanho de Plantéis
(Teresina, 1875)

FTP	Cativos em uniões	%	% na Faixa	Filhos livres	%	% na Faixa
1 cativo	6	0,6	3,4	16	8,5	9,1
2 a 4	166	16,7	28,9	49	26,1	8,5
5 a 9	222	22,3	38,8	30	15,9	5,2
10 a 19	260	26,1	36,1	51	27,1	7,1
20 a 39	238	23,9	44,4	27	14,4	5,0
40 ou mais	104	10,4	54,5	15	8,0	7,9
TOTAL	996	100,0	36,0	188	100,0	6,8

Obs: FTP = faixas de tamanho dos plantéis.

Devemos lembrar que como se trata de uma população aberta aos fluxos migratórios podemos esperar um possível tráfico interprovincial de cativos. No contexto econômico e demográfico da década de 1870, seria mais plausível um fluxo de saída da região do Piauí para as demais. Nesse sentido, a grande proporção de crianças entre a população cativa de Teresina talvez também possa ser atribuída também a algum movimento migratório para fora da região dos indivíduos adultos, em especial do sexo masculino (ver KNOX, 1973). Tal fluxo poderia favorecer o equilíbrio numérico entre os sexos e a grande parcela de crianças na população escrava, mas não uma elevada razão crianças-mulher. De outro lado, a população cativa ainda representava um parcela significativa da total, o que aponta para um fluxo emigrante pequeno até esse momento. Apesar disto e dos limites apontados da documentação compulsada, não podemos descartar a possibilidade de reprodução natural dos cativos na região nessa época.

Em suma, conseguimos demonstrar algumas características econômicas e demográficas da escravidão numa região pouco votada à exportação, sendo principalmente direcionada para o mercado interno. O final do tráfico africano em 1850 impulsionou

processos que já ocorriam em momento anterior. Um certo equilíbrio numérico entre os sexos e a presença de um expressivo número de crianças. A propriedade escrava revelou um número médio de cativos e uma concentração menores do que as existentes no vale do Paraíba paulista. Estas observações aliadas aos movimentos migratórios para fora da província geraram um sistema econômico e demográfico próprio, distinto do existente em áreas exportadoras. Neste contexto, observamos um perfil populacional da massa escravizada que nos conduz a pensar na possibilidade de crescimento vegetativo positivo deste segmento. Assim, a reprodução natural pode ser entendida como uma condicionante do desenvolvimento econômico e da manutenção de um contingente demográfico cativo significativo na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Publifolha, 2000.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais. *População e Família*, v. 1, n. 1, p. 211-234, jan./jun. 1998.
- BRANDÃO, Tanya Maria. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: UFPI, 1999.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- CARVALHO, Padre Miguel de. Descrição do Sertão do Piauí. In: NUNES, Odilon. Geografia e História do Piauí. *Revista Econômica Piauiense*. n. 4, 1957.
- CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. *História Episcopal do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1980.
- FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.
- GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1992.
- GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*. v. 17, n. 2, p. 297-317, mai./ago. 1987.
- KNOX, Miridan Britto. O Trabalho servil nas Falas dos presidentes da província do Piauí. *Anais do VI Simpósio da ANPUH*, São Paulo, 1973.
- KNOX, Miridan Britto. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Comepi, 1986.
- KNOX, Miridan Britto. Demografia escrava no Piauí. In: NADALIN, Sérgio O, MARCÍLIO, Maria Luiza & BALHANA, Altiva P. *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação SEADE, 1990, p. 244-249.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

- MARCÍLIO, Maria .Luiza. Sistemas Demográficos das Populações Escravas. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.193-208.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella / Fundação Cultural do Estado do Piauí, 1985.
- MOTTA, José Flávio & MARCONDES, Renato Leite. A família escrava em Lorena e Cruzeiro (1874). *Anais do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Caxambu, 2000 (CD-ROM).
- NUNES, Odilon. Economia e finanças. *Revista Econômica Piauiense*. v. 3, 1959.
- PAIVA, Clotilde Andrade & LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 25, n. 2, p. 203-233, mai./ago. 1995.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Escravos e senhores no crepúsculo do escravismo: Laranjeiras, província de Sergipe. *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*. Recife: ANPEC, 1997, v. 2, p. 995-1014.
- SANTANA, R. Nonato Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. Teresina: Edições Cultura, 1964.
- SLENES, Robert Wayne. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Stanford University, 1975.